



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5102, DE 2025

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para instituir a participação em programas de profissionalização e admissão de pessoas idosas como critério de desempate em licitações públicas.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para instituir a participação em programas de profissionalização e admissão de pessoas idosas como critério de desempate em licitações públicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece como critério de desempate em licitações públicas a participação em programas de profissionalização e admissão de pessoas idosas.

**Art. 2º** O art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 60.** .....

.....

V – participação do licitante em programa de profissionalização e admissão de pessoas idosas, nos termos do art. 28 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A participação no mercado de trabalho é um dos problemas mais sérios enfrentados pelas pessoas idosas no Brasil. A colocação





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

profissional torna-se um desafio cada vez mais difícil à medida que o trabalhador envelhece, a despeito da experiência acumulada ao longo de sua carreira. Estudos comprovam que a partir dos 50 anos de idade os trabalhadores já encontram mais dificuldades para conseguir um novo emprego em comparação aos mais jovens. De acordo com dados da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na Região Metropolitana de São Paulo, em 2016, os desempregados nessa faixa etária levaram, na média, 50 semanas para conseguir um novo emprego, frente a 35 semanas para os profissionais mais novos.

O estudo Envelhecimento da Força de Trabalho no Brasil, feito pela Fundação Getúlio Vargas, mostra que apenas 1% dos cargos em mais de uma centena de empresas no Brasil são ocupados por pessoas com mais de 65 anos. A pesquisa apontou, ainda, uma lamentável prevalência de visões negativas sobre os trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho: 70% das empresas que responderam à pesquisa acreditam que profissionais na terceira idade são mais caros, 69% responderam que eles não se adaptam bem às mudanças e 63% os veem como acomodados com a proximidade da aposentadoria.

Essa situação preocupante demanda que o Poder Público adote medidas de mitigação. A legislação já prevê a necessidade de adoção de políticas públicas para proteção dos trabalhadores idosos. Com efeito, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) conta com um capítulo dedicado ao tema da profissionalização e do trabalho, em que se garante que a pessoa idosa tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. O art. 28 do Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que o Poder Público deve criar e estimular programas de profissionalização especializada para as pessoas idosas e de estímulo às empresas privadas para admissão de pessoas idosas ao trabalho, além de projetos de preparação dos trabalhadores para a aposentadoria.

Entendemos que o Poder Público pode ampliar a efetividade e o escopo de tais programas de inclusão profissional das pessoas idosas por meio da utilização estratégica do seu potencial como consumidor de



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

produtos e serviços, estimulando os seus fornecedores a adotarem padrões de responsabilidade social. O projeto que apresentamos tem precisamente esse sentido, ao firmar na lei de licitações e contratos que a participação do licitante em programas de profissionalização e admissão de pessoas idosas seja considerada como critério de desempate nas licitações para fornecimento de bens e serviços ao Poder Público.

A proposta altera a redação do art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para introduzir como parâmetro de desempate nas licitações a colaboração do licitante em programa de profissionalização e admissão de pessoas idosas, nos termos do art. 28 do Estatuto da Pessoa Idosa.

Com a certeza que a proposição deve contribuir significativamente para o incremento da participação das pessoas idosas no mercado de trabalho, solicitamos que os nossos estimados Pares manifestem o apoio necessário para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa (2003) - 10741/03  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>
  - art28
- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos (2021) - 14133/21  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14133>
  - art60